

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 2.619 - DE
(2019/0046255-7)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : A F DE O
ADVOGADO : PAULO ALEXANDRE MARTINS FILOMENO - PA020820

DECISÃO

A. F. de O. formulou pedido de tutela de urgência de homologação de sentença estrangeira de adoção e de alteração de nome proferida pelo Tribunal Regional de Frankfurt, Alemanha.

A requerente alega que, em 2002, devidamente autorizada pelo pai biológico, viajou em companhia da mãe para a Alemanha.

Afirma que, em 2003, após a concordância expressa do pai biológico, foi adotada pelo companheiro da mãe.

Aduz que, em 2017, casou-se com R. F.C, brasileiro, que adotou o patronímico da requerente com a finalidade de facilitar a regularização da permanência definitiva na Alemanha.

Alega que a falta de regularização da decisão de adoção no Brasil não só a impede de obter novo passaporte no consulado brasileiro como também atinge diretamente seu cônjuge, cujo passaporte brasileiro vencerá em 2 de abril de 2019.

Pugna pelo deferimento de tutela de urgência de homologação da sentença estrangeira em razão do prazo exíguo para o vencimento do passaporte do cônjuge e da impossibilidade de renovação nas autoridades brasileiras.

Requer o deferimento de justiça gratuita.

É o relatório. Decido.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

O art. 300 do CPC dispõe o seguinte sobre a concessão de tutela de urgência (grifei):

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte

economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando

houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Portanto, o juiz poderá conceder tutela de urgência, desde que evidenciada a presença concomitante dos dois pressupostos autorizadores, a saber, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, que devem estar demonstrados.

Quanto à probabilidade do direito, o pedido não foi devidamente instruído, o que inviabiliza, ainda que provisoriamente, a própria pretensão homologatória, impedindo, em consequência, a antecipação de seus efeitos jurídicos.

Além disso, não se verifica perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

As alegações da requerente de proximidade do prazo de vencimento do passaporte do cônjuge e de impossibilidade de obter a renovação de seu próprio passaporte não são suficientes para a concessão da tutela.

Na vertente hipótese, a situação de urgência foi gerada pela própria requerente, uma vez que, conforme a certidão de fl. 23, a sentença estrangeira transitou em julgado em 21 de fevereiro de 2003, sem ter havido o subsequente pedido de homologação de decisão estrangeira, o qual, se promovido em tempo oportuno, não envolveria o diferimento de etapas fundamentais ao bom andamento do processo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de tutela antecipada.**

Intime-se a requerente para, no prazo de 30 dias, providenciar:

a) a chancela consular brasileira ou apostila (arts. 1º e 3º da Convenção de Haia sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, c/c os arts. 2º e 3º da Resolução CNJ n. 228/2016) na procuração de fl. 7 e nos documentos de fls. 14, 24, 28 e 31-38;

b) a declaração de anuência dos pais biológicos com chancela consular brasileira ou apostila; e

c) a sentença estrangeira de adoção com chancela consular brasileira ou

apostila.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

